UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

FLÁVIA DA SILVA FERREIRA

Racismo na primeira infância - Projeções e temores dos tutores na criação de meninos negros na periferia

São Paulo
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Racismo na primeira infância - Projeções e temores dos tutores na criação de meninos negros na periferia

Flávia da Silva Ferreira

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais", do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação (ETNOCULT-CELACC)

Orientadora: Prof. Dra. Maria da Glória Calado

São Paulo
2022

Racismo na primeira infância - Projeções e temores dos tutores na criação de meninos negros na periferia

Flávia da Silva Ferreira[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como o racismo se apresenta na primeira infância e, mais especificamente, como ele pode afetar a jornada de meninos negros de 0 a 6 anos, que são criados nas periferias da cidade de São Paulo. Investigou-se como os tutores têm preparado estas crianças para enfrentar e identificar situações de racismo. A pesquisa avaliou se os tutores e seus filhos estão cientes dos estereótipos racistas, especialmente os relacionados aos garotos, e se há alguma forma de conscientização sobre o papel deles na sociedade, seja por meio de aspectos positivos, como elemento de resistência, ou estímulos negativos, como alvo das forças de segurança e do preconceito. Além disso, a pesquisa buscou investigar a autoimagem destas crianças no ambiente familiar e de convívio externo e se o racismo se apresenta nesses ambientes e quais as formas de manifestação.

Palavras-chave: Racismo. Infância. Comportamento. Atitude. Reconhecimento

Abstract: This article aims to analyze how racism presents itself in early childhood and more specifically, how it can affect the journey of black boys from 0 to 6 years old, who are raised in the peripheries of the city of São Paulo. It was investigated how the tutors have prepared these children to face and identify situations of racism. The research evaluated if the guardians and their children are aware of racist stereotypes, especially those related to boys, and if there is any form of awareness about their role in society, either through positive aspects, as an element of resistance, or negative incentives, as a target of security forces and prejudice. In addition, the research sought to investigate the self-image of these children in the family and external environment, and if racism presents itself in these environments and what forms of manifestation it takes.

Key words: Racism. Childhood. Behavior. Attitude. Recognition

Resumen: Este artículo pretende analizar cómo se presenta el racismo en la primera infancia y, más concretamente, cómo puede afectar al recorrido de los niños negros de 0 a 6 años, criados en las periferias de la ciudad de São Paulo. Se investigó cómo los tutores han preparado a estos niños para afrontar e identificar situaciones de racismo. La investigación evaluó si los tutores y sus hijos son conscientes de los estereotipos racistas, especialmente los relacionados con los niños, y si existe algún tipo de conocimiento sobre su papel en la sociedad, ya sea a través de aspectos positivos, como elemento de resistencia, o de estímulos negativos, como objetivos de las fuerzas de seguridad y de los prejuicios. Además, la investigación buscó investigar la autoimagen de estos niños en el entorno familiar y externo y si el racismo se presenta en estos entornos y qué formas de manifestación adopta.

Palabras clave: Racismo. La infancia. Comportamiento. Actitud. Reconocimiento

---

[1] Pós-graduanda em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Paulista.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

2 CONTEXTUALIZAÇÃO 7

3 IMPACTOS DO RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA 9

4 JOVENS NEGROS E AS FACES DA VIOLÊNCIA URBANA.....10

5 VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS NEGRAS 12

6 MÉTODO DE PESQUISA E ENTREVISTADOS 14

6.1 PESQUISA DE CAMPO E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....14

6.2 PESQUISA DE CAMPO E DADOS QUALITATIVOS.....15

6.3 PESQUISA, PESQUISADORA E O SUJEITO PERIFÉRICO.....23

8. REFERÊNCIAS 27

1 INTRODUÇÃO

A primeira infância é o período de vida que se inicia na gestação e vai até os seis anos de idade, uma fase em que a criança cresce e se desenvolve ao lado dos tutores, familiares, amigos e escola. São os primeiros anos de vida de um ser humano que terá seu caráter, princípios, opiniões e comportamentos formados predominantemente nesse período e que poderão ser defendidos ao longo de sua trajetória. Nesta fase, também se apresentam os mais intrigantes questionamentos de um ser pensante que está descobrindo do que o mundo é feito e por quem.

Usando esta breve definição como ponto de partida, adicionando um ambiente periférico a este contexto e meninos negros com idade até os seis anos, entende-se que eles irão crescer e desenvolver-se a partir da perspectiva do ambiente em que estão inseridos. Assim, tem-se situações e atitudes que poderão ser observadas como uma forma de amadurecimento.

Logo cedo, eles viverão e aprenderão hábitos e como é o cotidiano de quem cresce em bairros periféricos. O acesso à educação, saúde, alimentação e cultura também serão fatores que contribuirão desde cedo para a formação deles como cidadãos. E, durante este processo de crescimento, a primeira infância pode ser direcionada para que estes meninos negros adotem atitudes e comportamentos que os ajudem a enfrentar e tentar minimizar os efeitos das práticas racistas, que se apresentam das mais diversas formas, vindas de diferentes meios e por diferentes perfis. Como mostra Eliane Cavalleiro

> Por meio de dados estatísticos fornecidos pelo próprio Estado, pode-se observar a não realização da igualdade entre os grupos raciais – especialmente entre os grupos populacionais brancos e negros. A dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em toda a sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas: a escola, a Igreja, os meios de comunicação e a família, em especial. (CAVALLEIRO, 2005, p. 65)

Mas em que momento da primeira infância o racismo se apresenta para estes meninos negros? Quais comportamentos e falas poderão influenciar a constatação do racismo e a construção do pensamento em cima do que ele é e representa? Essa influência pode acontecer dentro de casa, na escola, na rua ou em todos os lugares em que estes meninos estão? Serão falas reproduzidas sem conhecimento da origem, conscientes ou inconscientes? Acontecerão quando eles estiverem brincando, estudando, assistindo a um desenho animado na TV?

Segundo dados apontados por Rita Izsák, relatora especial das Organizações das Nações Unidas sobre questões de minorias, os negros brasileiros correspondem a 70,8% de todos os 16,2 milhões que vivem atualmente em situação de extrema pobreza no Brasil. Estes são dados de 2017 (CARMO, 2017). A partir desta perspectiva, entende-se que a maioria das famílias que vivem nas periferias são negras e assim voltamos a refletir sobre a indagação inicial: como os meninos negros da periferia, ainda na primeira infância, que não necessariamente já tenham frequentado a escola e rodeadas de pessoas negras, podem crescer e enfrentar as mazelas do racismo?

Nesse contexto, deve-se considerar que a interação com os adultos, as brincadeiras, o afeto e a elevação da autoestima são positivas e sempre irão contribuir para que as crianças lidem com os desafios e desenvolvam resistência, tão necessária para viver dia após dia na sociedade, no entanto, essa não é a realidade que vemos em um país onde o racismo é estrutural e é comum ver a associação de estereótipos negativos às pessoas negras, especialmente o homem negro. Tudo isso é falado, praticado e exposto para as crianças desde muito cedo, deixando de lado outros aspectos (valores, pensamentos e direitos) da essência humana, como inteligência, cultura, educação etc. (RODRIGUES, 2020).

Citando exemplos práticos: a primeira infância é preenchida por uma infinidade de objetos e atitudes discriminatórias e, em uma sociedade estruturalmente racista, as pessoas acabam por reproduzir essa lógica em diversos espaços e situações. Os brinquedos são, em sua maioria, de personagens brancos. As bonecas e bonecos têm cabelos claros e lisos, olhos claros e pele branca. São estes que preenchem as prateleiras das lojas dedicadas às vendas de brinquedos e artigos infantis. Quando se faz um elogio, o cabelo só é bonito se é liso, caso seja crespo, surge o comentário que é ruim e difícil de pentear, dá trabalho. Ao pentear o cabelo de uma boneca, ele só estará bonito quando esticado, ou seja, liso, e isso passa a ser visto por uma criança, por exemplo, como o cabelo ideal, bonito. O lápis de colorir dedicado à “cor da pele” é aquele identificado como o rosadinho, que não representa a cor de quase ninguém.

Partindo da experiência vivida pelos responsáveis destes meninos negros periféricos, é possível identificar e colocar em ação mecanismos de esquiva, defesa, respostas diretas ou indiretas que possam ser adotadas para que a prática racista seja identificada e combatida? O racismo estrutural ao qual todos estamos expostos pode ser facilmente identificado por meninos

negros de 0 a 6 anos? O que precisa ser feito pelos tutores para ensinar a estes meninos, logo nos primeiros anos de vida, que o racismo existe?

A seguir, será apresentado, a partir de uma análise e pesquisa de campo, apoiado em pesquisas, estudos, artigos acadêmicos e matérias jornalísticas como o racismo pode se apresentar para os responsáveis por estas crianças e quais são suas projeções e temores na criação de meninos negros na periferia.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O professor Silvio Almeida (2019) defende que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividade, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.

Assim como aponta a professora Aldenora Macedo (2017), a responsabilização quanto à inércia da escola frente ao racismo recai, na maioria das vezes, apenas sobre as/os professoras/es, não sendo atribuída em igualdade às demais funções que agregam a comunidade escolar, ou ainda, que compõe a instituição de ensino. Esta afirmação permite questionar quem são os responsáveis pela educação antirracista de uma criança, por exemplo. E apesar do racismo estrutural também se apresentar nas escolas, nas falas dos professores, por exemplo, será que as escolas têm tentado colocar em prática atividades e aulas que abominam o racismo e tantas outras atitudes discriminatórias? A professora Aldenora completa

> [...] vemos diversas pesquisas, artigos e livros que trazem a professora ou o professor como principal responsável pelos resultados obtidos na escolarização. Apontamentos com os quais concordo por acreditar mesmo que realmente somos protagonistas na realização de uma educação mais humana. Acredito, ainda, que uma atuação docente comprometida com a transformação pela educação e sensível às injustiças presentes no ambiente escolar, traz em si o poder de subverter tais cenários, possibilitando uma convivência mais prazerosa, digna e respeitosa entre as/os estudantes, tornando assim o processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e eficaz. (MACEDO, 2010, p. 387)

Contudo, a primeira infância não é vivida somente dentro de uma instituição de ensino, ela é a todo momento cercada de novas descobertas e aprendizados, que não precisam, necessariamente, de um diploma para serem ensinadas. Mas em que momento deve acontecer esse reforçamento antirracista? Ele já não vem sendo feito? Os responsáveis por estas crianças têm tido acesso a mecanismos de educação, aprendizado e prática de atitudes para agir em

situações que possam surgir, possibilitando educar estes meninos a partir da perspectiva antirracista?

Nas primeiras décadas depois da abolição da escravatura, em 1888, há registros de movimentos feitos pela população negra no que se refere a reparação histórica, como relata Petrônio Domingues

> [...] diante da inclusão marginal e das práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca, a cidadania plena continuava sendo um sonho. Para transformá-lo em realidade, um grupo das "pessoas de cor" logo percebeu que era necessário unir-se e lutar coletivamente, por meio de reivindicações e projetos, pela conquista de respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação e terra. Dessas bandeiras de luta, uma das prioritárias foi a da defesa da educação. Afinal, o analfabetismo era um dos principais problemas que assolavam a "raça negra". (DOMINGUES, 2015, p. 4)

Neste sentido, as alternativas para empoderamento da população negra, o acesso às políticas públicas de educação básica e de qualidade, o convite para participar de projetos, festivais, feiras, cursos e palestras que mostrem o caminho para diminuir a desigualdade, no que se refere ao acesso à informação, são passos que a sociedade civil deveria adotar como prática mandatória, a fim de unir forças e ajudar responsáveis com uma educação antirracista para as crianças.

Ainda partindo da premissa racialista, temos o homem negro que passa a ser identificado como um ser periculoso, que não se desenvolve junto com a sociedade, que sempre irá ocupar posições subalternizadas. Segundo o antropólogo e professor da Unesp de Araraquara, Dagoberto Fonseca

> Temos uma ideologia estabelecida pelo processo escravista de que o negro é sinônimo de trabalho pesado. É uma concepção bastante interessante do ponto de vista da análise, ou da interpretação histórica e cultural desse período para aquela velha leitura: 'branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão'. O negro tem que estar trabalhando. Ele não pode estar fora do trabalho. (FONSECA, 2000, p. 149)

Este homem negro, colocado incansavelmente na posição de suspeito, também pode ser identificado nos termos de Michel Foucault (1978), que trazia uma análise dos indivíduos a partir das suas virtudes. Para ele

> A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado, pela sociedade, pelo nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não em nível de suas infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 1978, p. 68).

Assim conclui Lívia Maria Terra, em sua dissertação “Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial”

> Surgia nos termos de Foucault, a ideia e a imagem de um indivíduo propriamente “suspeito” que carregaria, moral e biologicamente, o perigo social. Este sujeito traria em seu código genético a potencialidade de uma conduta imprópria, criminosa e perigosa. Uma degeneração que deveria ser controlada, vigiada, reprimida e, se possível, punida (TERRA, 2010, p. 52).

Este homem, sendo morador da periferia, confirma que a situação se mantém igual em relação a sua identidade e convívio em sociedade. E se ele tem filhos e filhas, como ele lida com essa objetificação do seu eu no ambiente familiar? Este homem consegue participar ativamente e ensinar aos seus filhos e mais especificamente, aplicar uma educação antirracista principalmente aos meninos, para que eles lidem com este estigma relacionado ao homem negro?

Como os tutores podem ajudar estes meninos a lidar com estas situações que se apresentam de forma silenciosa, seja na casa de amigos, parentes, durante uma brincadeira entre vizinhos na rua e até mesmo na escola? Será que seguir um padrão de corte de cabelo que não valorize o fio crespo, manter sempre um penteado rente ao couro cabeludo, ensinar a estes meninos a adotar uma expressão corporal que não os coloquem em uma situação que desperte desconfiança dos outros, vesti-los com roupas padrão que não se diferenciem dos demais, sem externalizar qualquer tipo de personalidade individual fará deles crianças, adolescentes ou homens negros mais respeitados na sociedade?

3 IMPACTOS DO RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Evidenciado pelo estudo publicado nos Cadernos de Saúde Pública de 2017, intitulado: “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”, o artigo mostra que em uma análise comparativa, as puérperas de cor preta possuíram maior risco de terem um pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante e peregrinação para o parto (LEAL, 2017). O estudo também apontou que as mulheres pretas receberam menos orientação durante o pré-natal sobre o início do trabalho de parto e sobre possíveis complicações na gravidez. Apesar de terem menor chance para uma cesariana e de intervenções dolorosas no parto vaginal, como episiotomia e uso de ocitocina, em comparação às brancas, as mulheres pretas receberam menos anestesia local quando a episiotomia foi

realizada. Entre outros dados, foram evidenciados que a chance de nascimento pós-termo, em relação ao nascimento termo completo (39-41 semanas), foi maior nas mulheres pretas que nas brancas. O estudo também apresenta comparativos de iniquidades raciais entre mulheres pardas e brancas e mulheres pretas e pardas.

Em julho de 2022, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria apontando que mulheres negras desistem de ter filhos por medo do racismo e assumem esta postura como um mecanismo de defesa em proteção à saúde mental. Esta constatação se deu após elas presenciarem em seus cotidianos situações de racismo que surgem a partir do preconceito e discriminação e se manifestam por meio da violência policial, seja com vizinhos, namorados, maridos e amigos. Em entrevista, a doutora em psicologia pela Universidade de Brasília e autora da tese "Onde se esconde o racismo na psicologia clínica?", Marizete Gouveia, afirma que o sofrimento causado pelo preconceito racial faz com que mulheres negras criem estes mecanismos de proteção à saúde mental (DAMASCENO, 2022).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco na população de até 17 anos, no Brasil vivem 31 milhões de meninas e meninos negros e 140 mil crianças indígenas e eles representam 54,5% de todas as crianças e adolescentes brasileiros. Além disso, analisando a população de até 17 anos vivendo em famílias com rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 salário-mínimo, é apontado que vinte e seis milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias pobres, o que representa 45,6% do total de crianças e adolescentes do País. Desses, 17 milhões são negros. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,9%; entre as crianças negras, 56%. A iniquidade racial na pobreza entre crianças continua mantendo-se nestes patamares: uma criança negra tem 70% mais risco de ser pobre do que uma criança branca (BERNARDES, 2018).

4 JOVENS NEGROS E AS FACES DA VIOLÊNCIA URBANA

A consulta participativa de opinião, realizada pela Rede Conhecimento Social é uma iniciativa do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência e entrevistou cerca de 750 adolescentes e jovens em São Paulo entre janeiro e fevereiro de 2021, para falar sobre as violências no cotidiano de adolescentes. Entre as temáticas abordadas estavam a violência policial, proteção à mulher, fortalecimento emocional e micro violências cotidianas (UNICEF, 2021).

Nesta consulta, 53% dos jovens entrevistados eram negros e alguns dados da amostragem apontaram como eles se sentem no que se refere aos desejos e medos entre adolescentes. Quando perguntados sobre os espaços que frequentam, as mulheres se sentem menos seguras em espaços públicos. Já os que se auto identificam como pretos se sentem menos seguros em comércios. Os jovens consultados também avaliaram que há diferenças e preconceitos no tratamento que a sociedade dá aos adolescentes de acordo com sua classe, cor, gênero e endereço. Do total, 66% dos jovens não concordam que as manchetes de jornal falam com a mesma agressividade sobre crimes em bairros nobres e crimes nas periferias e 87% não sentem que a lei é aplicada de forma igual entre pessoas de classe social mais alta ou mais baixa (UNICEF, 2021).

Estes jovens também refletiram sobre preconceitos e privilégios a partir das perguntas das entrevistas, e os números mostraram que 50% deles costumam pensar sobre os privilégios de um adolescente branco na nossa sociedade. A consulta "Violências no cotidiano de adolescentes" também abordou a relação destes jovens e adolescentes com agentes de segurança pública e do total de entrevistados, 86% discordaram que adolescentes e jovens negros e brancos sejam perseguidos por policiais na mesma intensidade (UNICEF, 2021).

Os números mostraram ainda que 4 a cada 10 homens consultados já foram abordados pela polícia e nos primeiros 45 dias de 2021, enquanto 10% jovens que se declaram pretos foram abordados, apenas 4% de jovens brancos foram parados pela polícia. Das situações vistas e vivenciadas pelos jovens, o celular vasculhado e a necessidade de dar dinheiro são situações mais comuns entre os mais novos e entre os jovens que se identificam como pretos é mais frequente a agressão verbal e física (85%). Já quando relatam o que já presenciaram com outros adolescentes, a questão racial ainda aparece fortemente: entre jovens que se identificam como pretos foi mencionado uma maior proporção ao terem visto agressão verbal e física (49%), bem como o celular sendo vasculhado (16%). As mesmas agressões são relatadas principalmente por jovens de escolas públicas (UNICEF, 2021).

Por fim, a consulta perguntou aos jovens e adolescentes quais seriam para eles as prioridades para redução da violência e homicídio e eles responderam que veem como prioridade campanhas que combatam o racismo (43%) e campanhas que promovam igualdade entre homens e mulheres (37%). Já 36% apontaram que a mudança no treinamento das forças

policiais para reduzir violência podem contribuir para a diminuição do ato. A pergunta feita pela pesquisa era: “Quais são as três principais ações que devem ser feitas para reduzir as diferentes formas de violência e os homicídios contra adolescentes?” e, 18% deles também responderam que melhorar a capacidade de investigação de crimes e aumentar a participação da sociedade também podem ser prioridades (UNICEF, 2021).

5 VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS NEGRAS

Estes são dados do Atlas da Violência 2021, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública: em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras (CERQUEIRA et al., 2021).

Já estes, são dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, atualizado em 02 de agosto de 2020 e se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. No anuário, quando analisado o perfil das vítimas de intervenções policiais no país, não foram observadas mudanças significativas ao longo dos anos, contudo, o perfil das vítimas prevalece de homens, adolescentes e jovens, pretos e pardos entre as vítimas. No último ano, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino. Em relação à faixa etária, 52,4% das vítimas tinham no máximo 24 anos quando foram mortas, percentual que sobe para 74% se considerarmos as vítimas de até 29 anos, ou seja, as vítimas de intervenções policiais são consideravelmente mais jovens que as vítimas de mortes violentas intencionais, em que 74% das vítimas são jovens de até 29 anos (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

O que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra também é que o preenchimento dos boletins de ocorrência feitos pela Polícia Civil mudou, já que em 2020, por exemplo, 36,4% dos registros não tinham o campo raça/cor/etnia informado e em 2021 este percentual caiu para 31,1%. Ainda assim, o detalhamento e qualidade da informação não altera os fatos ou o que já

é previsível, já que o percentual de pretos e pardos vítimas de intervenções policiais é ainda mais elevado, chegando a 84,1% de todas as vítimas com raça/cor identificados. Assim, mesmo que os números absolutos apresentem uma importante diminuição no total de vítimas, a desproporcionalidade racial na letalidade permanece latente (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Voltando a analisar os dados apontados pelo Atlas da Violência 2021, a redução geral das taxas de homicídios concentrou-se muito mais sobre a população não negra do que entre a população negra. E o estudo aponta razões diversas, das quais não são desconhecidas ou inéditas: a associação de variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores; a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações; e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população (CERQUEIRA et al., 2021).

A partir do relatório "Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios", elaborado pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (SMPIR), é possível analisar a presença da população negra em bairros periféricos da cidade de São Paulo e como estes dados podem contribuir na discussão sobre os efeitos do racismo na primeira infância (SMPIR, 2015).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população da cidade de São Paulo na época era de 11.253.503 habitantes, destes, aproximadamente 37% (4.164.504 habitantes) pertenciam à população autodeclarada negra (pretos e pardos). E considerando o percentual de negros por subprefeitura, os bairros da zona sul como Parelheiros (57,1%, M'Boi Mirim (56%), Cidade Ademar (52,1%), Capela do Socorro (51%), Campo Limpo (49,1%) e Jabaquara (34,2%) apresentaram uma maior concentração dessa população se comparada com Pinheiros, por exemplo, que é de 7,3% (SMPIR, 2015).

Já o estudo do IBGE dedicado às "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil" aponta que o aumento nos números em relação ao acesso à educação da população preta ou parda é notável desde a infância. Como mostra a pesquisa, a frequência das crianças de 0 a 5

anos de idade à creche ou escola aumentou de 49,1% para 53,0%, entre 2016 e 2018. Por outro lado, 55,8% das crianças brancas de 0 a 5 anos de idade frequentavam creche ou escola (IBGE, 2018).

Ao conceituar a *sujeita e o sujeito periférico*, o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Tiaraju D'Andrea, aponta que a partir de algumas precondições, existem características próprias desses sujeitos periféricos que ajudam a compreender alguns aspectos de participação e reconhecimento deles em sociedade, aparecendo como destaque para esta pesquisa a característica da relevância dos debates sobre opressões raciais e de gênero, em que a geração pertencente aos territórios populares a partir da década de 1990 passou a debater de maneira mais sistemática as opressões raciais e de gênero, colocando tais discussões em outro patamar (D'ANDREA, 2020). Nesse contexto, o debate sobre sujeitas e sujeitos periféricos torna-se fundamental para compreender os desdobramentos do racismo estrutural na primeira infância nas periferias e de que maneira as famílias lidam com essa problemática.

6 MÉTODO DE PESQUISA E ENTREVISTADOS

6.1 PESQUISA DE CAMPO E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Para a pesquisa de campo foi utilizada uma entrevista semiestrutura, com perguntas feitas para todos os entrevistados. Sendo elas:

1 – Quantos filhos você tem e qual a idade deles?

2 – Qual o bairro que você mora? (Desde quando?)

3 – Quem, junto com você é responsável pelas crianças (caso haja indícios de que a pessoa não é a única responsável)

4 – Agora, entrando no assunto educação, quando você pensa na escola que o seu filho estuda, quais palavras, sentimentos vêm à sua cabeça?

5 – Você entende que a escola é um lugar que ensina as crianças além da educação básica? Pode dar alguns exemplos?

6 – Você acha que meninos e meninas devem ser educados de formas diferentes? Pode dar exemplos?

7 – (Caso tenha dados exemplos), tentar extrair mais detalhes do porquê da decisão do tratamento diferente.

8 – Quando você era criança, os seus responsáveis te tratavam de que forma? Eles te davam conselhos? Pode dar exemplos? Você acha que os mesmos conselhos e orientações podem se aplicar para os seus filhos?

9 – O seu filho tem xx anos, mas quando ele estiver maior, na adolescência, quais tipos de conselhos e recomendações você daria para ele quando fosse sair de casa, por exemplo?

10 – Existe algo que você faz hoje, coisas práticas, conselhos, recomendações, avisos, para prevenir o seu filho de certas situações quando ele sai de casa? Pode dar exemplos?

11 – Você sabe o que é uma educação antirracista? Se sim, pode dar exemplos? Se não, gostaria de saber mais?

12 – Qual a sua cor?

13 – Qual a cor do seu filho?

14 – Para você, o que define ser uma pessoa negra (preta e parda)?

15 – Você acha que um dia o seu filho sofre ou pode sofrer racismo?

16 – Você já sofreu com o racismo?

6.2 PESQUISA DE CAMPO E DADOS QUALITATIVOS

Direcionando o foco do projeto de pesquisa para a cidade de São Paulo, mais especificamente com uma abordagem concentrada na Zona Sul e a partir de entrevistas semiestruturas com responsáveis por meninos negros de até 6 anos de idade, abordando sobre educação básica, o papel da escola como educadora, como deve ser a educação entre meninos e meninas entre outros, entende-se ser possível analisar aspectos de acesso à educação básica, ensinamentos e vivência familiar, além das lembranças destes responsáveis com situações de discriminação racial e como eles podem introduzir estas memórias em uma conversa com as crianças, por exemplo, preparando-as para lidar com as mais diversas situações no decorrer de seus vidas.

Ao todo foram entrevistadas oito pessoas, que têm sob sua responsabilidade uma criança de 0 a até 6 anos. Apesar das inúmeras tentativas para conseguir conversar com mais pessoas, muitas se recusaram a participar da pesquisa. Como exemplo, uma das desistências se deu quando a pessoa soube que o tema da pesquisa era voltado ao racismo. Outra pessoa que se comprometeu em participar da pesquisa não desistiu no primeiro momento, respondeu às perguntas, mas após o término da conversa perguntou se a participação complicaria em uma

contratação de trabalho, se ela sairia prejudicada. Já outra pessoa aceitou participar, marcou o dia e hora, mas não apareceu. Mesmo tentando contato, a pessoa ignorou mensagens e ligações e não deu explicação do porquê não mais participaria. Ainda assim, entre as entrevistadas, há relatos e informações quantitativas e qualitativas que servirão para amadurecer a discussão no que se refere às projeções e temores dos tutores na criação de meninos negros na periferia. Cada entrevistado será identificado por nomes fictícios, em substituição ao seu nome verdadeiro, a fim de preservar o anonimato da entrevista, conforme combinado previamente com cada um que aceitou participar e dar o seu relato.

A Aline acredita que a escola, além de ser para o ensino básico fundamental, também é um lugar em que se aprende sobre o respeito com o outro e, para ela, meninos e meninas devem ser educados da mesma forma, até mesmo para garantir princípios de igualdade e minimizar o machismo. Quando criança, Aline lembra que o tratamento dos pais dela e dos irmãos era da mesma forma e atualmente ela também age de forma semelhante, refletindo os ensinamentos recebidos na infância. Ao perguntar quais tipos de conselho ela daria ao filho quando estivesse maior, a pessoa enfatizou que pediria ao filho para não falar com estranhos, ser educado, não roubar.

Aline é coletora de lixo na favela e contou que, sempre que entra no ônibus, na volta do trabalho para casa, sente certa discriminação por causa do seu uniforme. Perguntada sobre como o racismo se apresenta, ela afirma que é pelo olhar das pessoas e não necessariamente no comportamento e atitudes. Disse que olham feio para a roupa e para o cabelo.

A entrevistada é responsável por quatro crianças, entre elas dois meninos de 2 e 3 anos. Aline se autodeclara negra e afirma ser a mesma cor da pele dos filhos. Nunca ouviu falar sobre educação antirracista. Acredita que o racismo se apresenta por meio de palavras ofensivas e características físicas, como por exemplo, o cabelo crespo. Já sofreu com o racismo e deu como exemplo um episódio em uma agência bancária, em que funcionários olharam para ela com indiferença enquanto estava com um dos filhos nos braços. Por fim, para Aline o filho pode sofrer com o racismo no futuro.

O próximo entrevistado é Rafael. Para ele, na escola as crianças aprendem sobre respeito, sobre dividir com o próximo e a se impor. Rafael acredita que a educação deve ser diferente para meninos e meninas. Na visão dele, o homem é perigoso, um estranho e, quando relata isso, pensa na filha como um ser vulnerável, tanto que afirmou durante a entrevista não

saber ainda como falar para a filha tomar cuidado com os homens. Já com o filho, Rafael não tem essa preocupação. Ele contou também que numa situação de abordagem policial aconselharia o filho a não reagir e afirmou acreditar que pessoas racistas e homofóbicas serão cada vez mais hostilizadas, porque não há mais espaço para esse tipo de comportamento.

Rafael é responsável por quatro crianças, entre elas um menino de 3 anos e seis meses. Ele se autodeclara negro e afirma que o filho é branco. Nunca ouviu falar sobre educação antirracista, mas arriscou supor que tem a ver com ensinamentos voltados para igualdade. Para Rafael, se os filhos não escutassem sobre o racismo, eles não saberiam o que é. Ele completa a entrevista indicando que o que define uma pessoa negra é a cor da pele e relatou que já sofreu com o racismo, quando foi confundido com um repositor de supermercado e, quando no estacionamento, uma pessoa entregou-lhe o carrinho de compras, enquanto ele estava entrando no seu carro. Para Rafael, o filho pode sofrer com o racismo, principalmente fora do país, devido ao cabelo crespo e cor da pele. No Brasil, ele afirmou que o filho não sofrerá com o racismo.

A Carla tem três filhos, sendo um deles um menino de 3 anos. Ela se autodeclara parda e o filho é declarado como branco. Carla nunca ouviu falar sobre educação antirracista e, para ela, o que define uma pessoa ser negra é o tom da pele. Diz nunca ter sofrido com o racismo, mas acredita que o filho pode passar por situações racistas futuramente.

A próxima pessoa entrevistada é a Jéssica. Responsável por três filhos, sendo um deles um menino de 2 anos, ela entende que meninos e meninas devem ser educados de forma diferente em algumas situações e citando a própria vivência como exemplo, afirma que recebeu tratamento diferente dos pais, quando comparado com seus irmãos. Jéssica tem um filho de 17 anos também e, em relação aos ensinamentos para o filho mais novo, segundo ela, daria conselhos diferentes. Isso porque, acredita que a sociedade mudou muito e está mais preocupante deixar o filho sair de casa sozinho, por exemplo. Afirma que o mundo é muito complicado e pelo fato de a família ser negra, fica mais difícil ainda.

Para Jéssica, por ser negra e morar na favela, tudo tem que ser feito 10 vezes melhor. E sempre recomenda ao filho sair com documento de identidade. Ela ainda aponta que, em uma abordagem policial, se todo mundo correr, o branco sai ileso e o negro não e, reconhece que diversas situações que ela já presenciou e vive estão diretamente ligadas a cor da pele. Jéssica contou durante a entrevista que adota comportamentos ensaiados e que estão diretamente

vinculados à cor da sua pele. Cita, por exemplo, que não pode fazer movimentos bruscos numa loja, não permite que os filhos mexam nas prateleiras, nem ao menos parar para olhar um item. Para Jéssica, isso é uma situação da sociedade, não é um sentimento só dela.

Ela afirma que as características físicas são o que define uma pessoa negra, já sofreu discriminação racial e entende que o filho pode sofrer também. Autodeclara-se negra, assim como identifica a cor do filho. Nunca ouviu falar sobre educação antirracista.

Carlos sempre foi tratado de forma igual pela mãe, em comparação com os irmãos. Durante a conversa, falou que há pouco tempo acreditava que meninos e meninas deveriam ser tratados de forma diferente, mas após se tornar pai de dois meninos, ele entende que o tratamento deve ser igual, já que, em sociedade, o comportamento deve ser igualitário para meninos e meninas.

Ele foi ensinado pela mãe desde cedo como são realizados os afazeres domésticos e ele entende que isso faz a diferença na educação dada aos filhos atualmente. Carlos se autodeclara negro e crê que conseguirá mostrar para o filho de 3 anos que o que ele viveu pode contribuir para eles encararem as mais variadas situações de discriminação racial que eventualmente poderá enfrentar. Apesar de Carlos não ter tido contato com uma educação antirracista, entende que alguns passos podem ser dados atualmente, principalmente para mudar a forma como a história do Brasil e dos negros escravizados é contada.

A primeira vez que Carlos sofreu com o racismo foi aos 8 anos, sem saber identificar que aquela situação poderia ser discriminação racial. Ele conta que aquela lembrança arde muito nele. Em resumo, ele estudava na mesma turma que um aluno repetente, mais velho e, com palavras ofensivas e racistas, os outros alunos riam de Carlos ao lado deste colega de classe. Para ridicularizar Carlos, esse menino perguntava se aquela cor de pele era a dele mesmo e para isso, passava uma borracha no braço tentando ver se aquela cor sumia e ela ficava branco. Proferia ofensas repetidas vezes para os colegas rirem junto da situação e, mesmo diante da exposição, vergonha, Carlos não reagiu, disse que na época não sabia o que fazer. Mas para ele esse tipo de atitude não seria mais aceita atualmente. Apesar de não ter entendido naquela situação em sala de aula que a suporta brincadeira era um ato racista, ele sabia que tinha algo de errado com aquela brincadeira, até então, inofensiva. Carlos acredita que dividir algumas

histórias com o filho, principalmente quando ele estiver próximo de ingressar na educação infantil, por exemplo, irá ajudá-lo a identificar mais rapidamente situações racistas.

Carlos afirma que carregar cicatrizes do que se vive em sociedade é como se define uma pessoa negra e que tem consciência de que o filho pode sofrer discriminação racial.

A responsável Ana tem dois filhos, entre eles um menino de 3 anos. Para ela, a forma como ela foi educada pela mãe, irá ajudar na criação dos filhos. Ana sempre viu a mãe mostrando como uma mulher deve ser tratada e ela conta que isso ajudará muito na educação dos filhos, seja no jeito de falar, ao não aumentar a voz e até mesmo ensinar a se comportar de uma forma menos chamativa. Ana se autodeclara branca e diz ter passado a entender mais sobre como o racismo se apresenta a partir do momento que se relacionou com um parceiro negro. Ela contou também que após o nascimento do filho, a identificação da cor no registro de nascimento civil foi indicada como parda, mas depois de aprofundar a discussão com o outro responsável, ambos entenderam que aquela informação não queria, necessariamente, identificar a cor da pele do filho, mas uma definição de miscigenação de raças. Para Ana, pele parda não é uma raça, é definição da cor da pele.

O Lucas é responsável por um menino de 5 anos e, quando perguntado se ele acredita que meninos e meninas devem ser educados de formas diferentes, a resposta é não e ele conta que os pais dele sempre o trataram com muito amor e davam conselhos como: estude, seja honesto, respeite o próximo entre outros. Lucas acredita que pode usar os mesmos conselhos com o filho. Além disso, dentre os conselhos que ele daria para o filho seria não beber, não usar drogas e usar preservativos nas relações sexuais e se divertir. Ele se autodeclara negro e indica que o filho tem a mesma cor da pele. Para ele, o que define uma pessoa negra são as características físicas como cor da pele e ele já sofreu com situações racistas. Lucas acredita que o filho também poderá sofrer com o racismo.

Soraia tem dois filhos, sendo um deles um menino. Durante a entrevista, ela foi perguntada sobre quais sentimentos vinham à cabeça em relação a escola que o filho estuda e, para ela, é uma mistura de felicidade, expectativa, com um pouco de medo e insegurança, mas também com alívio e melancolia, além da pressa e paciência, saudade, curiosidade e atenção. Para Soraia, meninos e meninas devem ser educados de forma diferente. A pessoa entrevistada afirma que há questões que eles precisam ser ensinados quanto às suas diferenças, conforme

àquele que os criou, princípios bíblicos e a palavra de Deus e aspectos que são singularmente diferentes entre meninos e meninas. E para ela, tratando-se socialmente do ser humano, meninos e meninas devem ser igualmente respeitados, com a mesma liberdade, oportunidade e responsabilidade.

Em relação aos conselhos que Soraia dá ao seu filho, foi ressaltado durante a entrevista que as crianças são filhos de alguém que é perfeito e que esse deve ser o maior exemplo de como viver. Para ela, se fomos feitos à imagem e semelhança de Deus, precisamos buscar a viver o mais parecido com ele. Assim virá o amor, o respeito, a empatia, a humildade, a bondade, o cuidado.

Soraia afirmou não saber o que é uma educação antirracista, mas explicou que ensina aos filhos como não praticar discriminação racial e étnica. A última pergunta feita para a entrevistada Soraia referiu-se à cor da sua pele e ela afirmou que por bastante tempo se autodeclarava como parda, mas depois passou a se autodeclarar da cor preta e assim também reconhece a cor da pele do filho. Contudo, ela afirmou que esta pergunta a deixa intrigada, porque ela não sabe ao certo quem realmente é, e não por ela, mas a partir da percepção das outras pessoas. Soraia usou a frase para se explicar: "Branca demais pra ser preta, preta demais pra ser branca."

Por fim, Soraia disse que nunca sofreu com o racismo e acredita que os filhos não passarão por alguma situação de discriminação racial.

Ao finalizar as entrevistas para esta pesquisa, alguns dados quantitativos foram observados e servirão para a análise das respostas que surgiram ao longo da formulação deste estudo.

Quadro 1 – Dados quantitativos coletados com as entrevistas

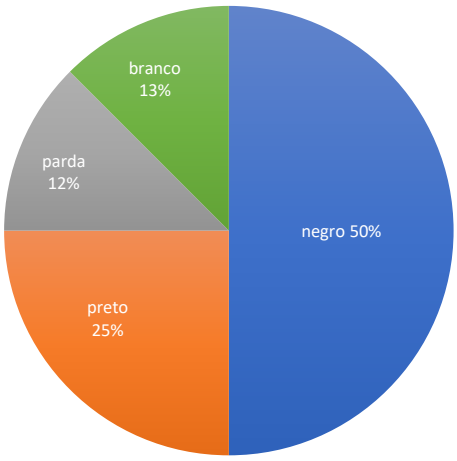
	Entrevistas					
	Nome	Cor	Cor do filho	Educação antirracista	Já sofreu racismo?	Acha que o filho pode sofrer com o racismo?
1	Aline	negro	negro	nunca ouviu falar	Sim	Sim
2	Rafael	preto	branco	nunca ouviu falar	Sim	Sim

3	Carla	parda	branco	nunca ouviu falar	Não	-
4	Jéssica	negro	negro	nunca ouviu falar	Sim	Sim
5	Carlos	negro	negro	sabe o que é	sim	Sim
6	Ana	branco	negro	sabe o que é	não	Sim
7	Lucas	negro	negro	sabe o que é	sim	Sim
8	Soraia	preto	negro	nunca ouviu falar	não	Não

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O primeiro dado a ser observado é a faixa etária dos entrevistados, entre 28 e 42 anos, quase todos tem mais de um filho, são moradores da Zona Sul de São Paulo, sendo a grande maioria residente do Capão Redondo, Zona Sul da capital paulista. Outro dado importante para a pesquisa, todos os responsáveis responderam a seguinte pergunta: Qual a sua cor? e, 50% se autodeclararam negros, 25% preto, 12% pardo e 13% branco.

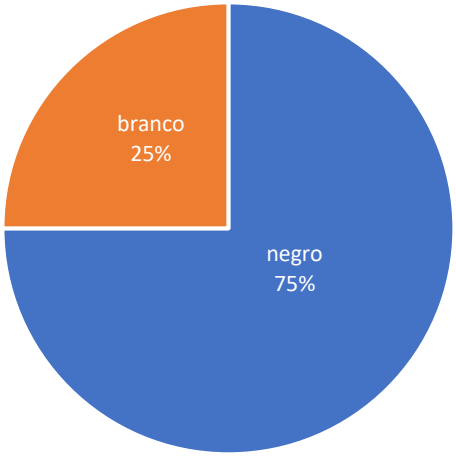
Figura 1 - Autodeclaração de cor dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Contudo, quando os responsáveis foram perguntados sobre a cor dos seus filhos, mais especificamente se tratando dos meninos de até seis anos de idade, que foram os protagonistas desta pesquisa, 75% responderam que o filho era negro, enquanto 25% responderam que o filho é branco.

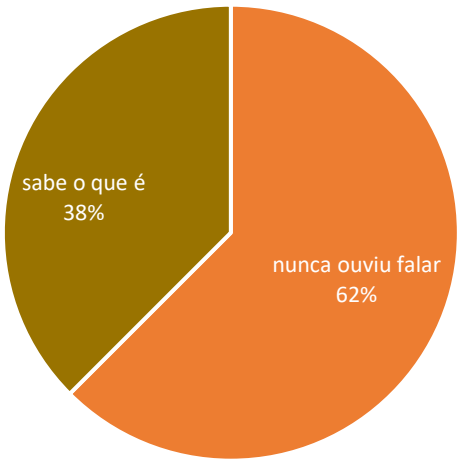
Figura 2 - Autodeclaração de cor das crianças



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Outro dado importante, coletado principalmente para dar um indicativo de quais mudanças educacionais podem ser adotadas pelos responsáveis destas crianças é se eles têm conhecimento do termo educação antirracista a partir da pergunta: Você sabe o que é uma educação antirracista? Se sim, pode dar exemplos? Dentre os entrevistados, 62% nunca ouviram falar e 38% sabem do que se trata o termo.

Figura 3 - Conhecimento do termo educação antirracista



Fonte: Elaboração própria, 2022.

6.3 PESQUISA, PESQUISADORA E O SUJEITO PERIFÉRICO

A partir das entrevistas concedidas para esta pesquisa, algumas percepções importantes devem ser levadas em consideração. A primeira delas refere-se a como as influências dos responsáveis e a educação básica, oferecida pela escola, contribuem para a construção do pensamento de uma criança. São histórias vividas pelos responsáveis e contadas aos filhos, uma interação na escola que pode influenciar para que eles externalizem vontades, opiniões, gostos, preferências e posicionamentos com mais confiança, sem se sentirem intimidados, envergonhados. Com os relatos colhidos durante e pesquisa, ainda que mais da metade dos entrevistados nunca tenham ouvido falar de uma educação antirracista, é possível considerar que esta educação já está sendo colocada em prática, afinal, estes responsáveis estão zelando para que seus filhos recebam orientações para que saibam minimamente lidar com uma situação desconfortável e que possa reconhecer um ato discriminatório.

Outra percepção importante refere-se ao sujeito periférico presente nas falas dos entrevistados. A partir do lugar de fala desta pesquisadora e moradora da periferia, parafraseando com o professor da Unifesp, Tiaraju D'Andrea

> A ciência humana produzida por meio de uma epistemologia periférica se faz, levando em conta a subjetividade periférica do cientista. Essa subjetividade se forma por meio da experiência construída nas relações sociais historicamente objetivadas. A epistemologia periférica se constitui por meio de uma vivência que produz identificação com os sujeitos e as sujeitas da pesquisa, oriundos da mesma classe social e com códigos compartilháveis. O cientista, quando lastreado por essa vivência compartilhada com sujeitos e sujeitas da pesquisa, há de compreender escolhas. (D'ANDREA, 2020, p. 34)

Apesar de nascida e criada na periferia do Capão Redondo, rodeada pelos mais diversos cenários e situações de violência, vulnerabilidade, ausência de espaços educativos e culturais, foi possível aprender mais sobre o que significa dignidade, respeito, honestidade e fé sem ter um manual de instruções indicando como se comportar para sobreviver. Como pesquisadora e também moradora da mesma região periférica dos entrevistados, é possível partilhar dos sentimentos relatados e notar que os entrevistados desta pesquisa são um reflexo da infância e adolescência vivida nos anos 2000, também marcada por situações de discriminação racial, homofobia, gordofobia, que até então, naquela época, não se sabia como identificar tais comportamentos e dar nomes a eles. É na periferia que se aprende sobre as questões locais e

como elas devem ser tratadas, mas para isso é preciso dar alguns passos, um deles imprescindível: estudar. Tiaraju D'Andrea corrobora com o pensamento ao afirmar que

> De fato, entre a elite historicamente frequentadora das universidades e sujeitas e sujeitos periféricos existem classes sociais, cor de pele e bairros de moradia diferentes. As experiências urbanas e sociais são distintas. As infâncias, os gostos e as subjetividades são diferentes. Assim sendo, a ciência produzida será também distinta. (D'ANDREA, 2020, p. 34)

A escolha do tema desta pesquisa, a escrita, as entrevistas, tudo foi conduzido de forma distinta. Não há como se distanciar de um entrevistado sem ver nele cicatrizes das quais são compartilhadas quando temos a mesma trajetória na periferia. Não há como apagar o que somos e de onde viemos. Na letra da música Negro Drama, do grupo de rap brasileiro Racionais MCs, há um trecho que em poucas palavras está retratado a visão de periferia. *"O dinheiro tira um homem da miséria; Mas não pode arrancar de dentro dele a favela; São poucos que entram em campo pra vencer; A alma guarda o que a mente tenta esquecer".* Em complemento

> Por fim, cabe ressaltar que nós, moradoras e moradores das periferias, não somos objetos inertes de pesquisa nem informantes privilegiados. Nós somos sujeitas e sujeitos da ciência, assim como nossas sujeitas e sujeitos de pesquisa, com quem compartilhamos a posição social. (D'ANDREA, 2020, p. 34)

Durante o processo de pesquisa também foi necessária uma análise do conceito "branquitude crítica", denominado pelo Doutor em Ciências Sociais, Lourenço Cardoso, em que ele define ser um posicionamento pertencente ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam "publicamente" o racismo (2014). Para ele

> Em relação ao critério de distinção entre as branquitudes como a "desaprovação pública" do racismo deve-se a constatação que nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado. No ambiente particular, por vezes, opiniões ou teses podem ser desmentidas, ironizadas, minimizadas. Especialmente, quando se trata de questões referentes ao conflito racial no Brasil. (CARDOSO, 2014, p. 89)

O autor prossegue

> Em suma, o critério de somente considerar o branco crítico aquele que desaprova o racismo publicamente, mostra-se ainda razoável. Levando-se em conta as nossas incoerências e também devo considerar a má-fé, a hipocrisia. Em público diz antirracista em privado ou com os seus em segredo revela-se como racista. (CARDOSO, 2014, p. 91)

Ainda que Lourenço Cardoso defenda que é difícil captar a desaprovação ao racismo no espaço privado (2014) pela branquitude crítica, é a partir da discussão feita neste projeto de pesquisa, conduzido por uma pessoa autodeclarada branca, que se reconhece não ser correto generalizar este posicionamento, já que há um aprofundamento das discussões sobre o racismo também pela branquitude. Ao se posicionar como branquitude crítica, não se apropriando integralmente da definição de Cardoso, o pesquisador está contribuindo para uma luta diária, que não se restringe somente às pessoas que se declaram negras, há uma soma de esforços de pessoas interessadas em fazer algo para que a realidade se mostre de outra forma, para que os estigmas do passado não tenham mais espaço. São estudos, pesquisa, conversas, publicações, críticas, notícias, projetos artísticos e educacionais, entre tantas outras atitudes que, somadas, contribuem para um único fim: elevar o nível da discussão sobre o racismo e viabilizar meios de combate à discriminação racial que se apresenta nas entrelinhas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório "O impacto do racismo na infância", divulgado pela UNICEF em 2010, apresenta como o racismo causa impactos na vida de uma criança ou adolescente e como a reprodução de atos discriminatórios podem ser repassados de adultos para crianças, a partir de um gesto, olhar ou fala. É neste momento que as crianças também se tornam vítimas do racismo, não somente pelo ato em si, mas na reprodução dele.

Durante as entrevistas, foi possível notar que os responsáveis sabem a importância de uma boa educação e como ela vai além dos muros das escolas. Ainda que não haja acesso à uma discussão e mecanismos de ensinamento oficiais para pais, professores e alunos sobre como colocar em prática uma educação antirracista propriamente dita, já são praticadas atitudes que contribuem para uma infância sem racismo. Seja na conversa e ensinamentos para respeitar às diferenças, seja na explicação sobre expressões discriminatórias que não se usa mais e o porquê, seja pela discriminação pela cor da pele, textura do cabelo, vestimenta etc.

Ficou evidente como os responsáveis têm contribuído positivamente e ativamente para a formação das crianças em *sujeitas e sujeitos periféricos*, ainda que eles não saibam, necessariamente, sobre o conceito. Uma das características do conceito está ligada à luta contra opressões de gênero e raça, o que é visto nas falas de alguns responsáveis. A entrevistada Jéssica, por exemplo, afirmou ser moradora da favela e, por ser negra, crê que tudo tem que ser feito 10 vezes melhor. Ainda assim, apesar de não ter dito que é uma *sujeita periférica*, fica

evidente o lugar que ela ocupa e qual a função do posicionamento dela, perante o filho e à sociedade.

Pode-se considerar também que os responsáveis por estes meninos ainda não tem repertório para debater sobre conceitos e analisar quem é a *sujeita e o sujeito* periférico. Mas, ainda que se mantenha o assujeitamento às condições de preconceito rotineiramente, percebe-se que já está sendo praticada ações que viabilizem aos tutores agir politicamente, no cotidiano, para modificar essas realidades. Entende-se que todos os entrevistados estão em um processo de contínuo aprendizado e formação e, para isso, podem contar com apoios de movimentos, coletivos e, em uma proposta mais ampla, ter acesso às políticas públicas antirracistas.

Uma das percepções mais latentes desta pesquisa está na forma como cada responsável percebe o cotidiano ao seu redor e da criança. Ainda que se tenha tido respostas e caminhos que possam ser trilhados, para que estes meninos saibam lidar com situações discriminatórias, reconhece-se que é preciso estar minimamente preparado para dar respostas às perguntas que eles ainda não saibam quais são e entende-se ser possível a partir da criação de mecanismos que contribuam para a formação e amadurecimento de comportamento destes meninos perante a sociedade.

Com este projeto, conclui-se que foi possível dar mais um passo na discussão sobre o racismo estrutural. Apesar da pesquisa de campo não ter aprofundado explicações sobre termos técnicos, acadêmicos e discutir sobre como o racismo e a discriminação racial se apresentam, foi durante as entrevistas que os responsáveis tiveram contato com questões que cercam o seu cotidiano e das crianças. A discussão sobre como preparar estes meninos negros para lidarem cm as situações mais adversas na escola, entre amigos e familiares também foi elevada.

Alguns responsáveis deixaram nítido em suas falas que comportamentos e atitudes racistas não são mais aceitas, que atualmente há espaço para posicionar-se, impor respeito e também ensinar aos filhos e ao próximo as diferenças entre as pessoas e como elas devem ser tratadas. Será possível preparar estes meninos negros para terem um pensamento crítico sobre o racismo, construído a partir de atitudes dos responsáveis? Entende-se que sim e este caminho deve ser trilhado por meio da educação, mesmo que ainda se mantenha o desafio de como fazer, considerando o cenário periférico.

Contudo, para entender os reflexos e vestígios deixados pela história de cada responsável e a sua ligação direta ou indireta com a discriminação racial, caberia também uma pesquisa dedicada, única e exclusivamente aos responsáveis por jovens negros adolescentes, que poderiam compartilhar, também por meio de uma pesquisa acadêmica, como eles foram educados durante a infância e o que eles aprenderam e compartilham de atitudes antirracistas e que os ajudam a viver dia após dia. Existe ainda a possibilidade de ampliar a pesquisa e aprofundar a discussão abordando a problemática da autodeclaração racial.

Que esta pesquisa possa ser compartilhada e disseminada entre estudantes, acadêmicos, pais, filhos, professores e instituições com os mais variados propósitos. Que esta pesquisa possa chegar em locais que nunca se foi discutido sobre o racismo na primeira infância e que alcance também locais onde também já haja este tipo de discussão e que possa ser motivo de novas conversas e novos debates, para que se extraiam ainda mais respostas e soluções, que irão contribuir para um amanhã em que a prática racista seja combatida.

8. REFERÊNCIAS

BERNARDES, Thais. 62% das crianças fora da escola são negras. **Notícia Preta**, [S.l.], 04 dez. 2018. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/62-das-criancas-fora-da-escola-sao-negras/>. Acesso em: 14 out. 2022.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 6, n. 13, p. 88-106, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/152>. Acesso em: 13 out. 2022.

CARMO, Beatriz. A pobreza brasileira tem cor e é preta. **Nexo Jornal**, [S.l.], 18 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>. Acesso em: 14 out. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane; **Educação antirracista:** Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 65- 104, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar:** Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Dissertação de Mestrado,FEUSP.São Paulo: 1998, 230p. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/sil%C3%AAncio-lar-escolar-preconceito-discrimina%C3%A7%C3%A3o-ebook/dp/B00AEFTV10>. Acesso em: 13 out. 2022.

CAVALLEIRO, E. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Racismo-Anti-Racismo-Educa%C3%A7%C3%A3o-Eliane-Cavalleiro/dp/8587478141>. Acesso em: 13 out. 2022.

DAMASCENO, Victoria. Mulheres negras desistem de ter filhos por medo do racismo e proteção à saúde mental. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2022/07/mulheres-negras-desistem-de-ter-filhos-por-medo-do-racismo-e-protecao-a-saude-mental.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.

D'ANDREA, Tiarajú. **Reflexões periféricas:** propostas em movimento para a reinvenção das quebradas. São Paulo: Dandara, 2021.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP [online].** 2020, v. 39, n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 13 out. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. Revista Brasileira de Educação**. 2008, v. 13, n. 39, pp. 517-534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>. Acesso em: 14 out. 2022.

FONSECA, Dagoberto José. **Negros corpos (I)maculados:** mulher, catolicismo e testemunho. 2000. 444 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3672>. Acesso em: 13 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da Puc: Série Letras e Artes**, Rio de Janeiro, n. 16, 102p, jan. 1978.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2. Ed. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em: 14 out. 2022.

LEAL, Maria do Carmo *et al*. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. ARTIGO **• Cad. Saúde Pública 33 (Suppl 1)** • 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. Acesso em: 13 out. 2022.

MACEDO, Aldenora. Negar, silenciar, apagar: a gestão escolar frente à educação antirracista - um estudo de caso. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 9, n. 22, p. 385-408, jun. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/265>. Acesso em: 13 out. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. "Sai daqui, seu negrinho!": as expressões do racismo na infância. **Revista Desidades**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/download/46024/24807>. Acesso em: 13 out. 2022.

SANTOS, Milton. **Preconceito**. Cidadanias mutiladas. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência**. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov .br/atlasviolencia/publicações>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNICEF. **Adolescentes apontam múltiplas violências cotidianas na Grande São Paulo, alerta estudo**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-apontam-multiplas-violencias-cotidianas-na-grande-sao-paulo>. Acesso em: 13 out. 2022.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNESCO. **O impacto do racismo na primeira infância**. UNESCO. Brasília. 2010. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf >. Acesso em: 13 out. 2022.

UNICEF. **Violências no cotidiano de adolescentes** - consulta participativa de opinião. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/media/14871/file/violencias-no-cotidiano-de-adolescentes_consulta-participativa-de-opiniao_cppha.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, I.B.**O racismo silencioso na escola pública** – Araraquara – SP:Junqueira&Marin: Uniara 2009.

SMPIR. **Igualdade Racial em São Paulo:** avanços e desafios. São Paulo: SMPIR, 2015. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017_sp_diverso_igualdade_racial _em_sao_paulo.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

TERRA, Livia Maria. **Negro suspeito, negro bandido:** um estudo sobre o discurso policial / Lívia Maria Terra – 2010. 155 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual. Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Orientador: Dagoberto José Fonseca.

RACIONAIS, MC's. **Negro Drama**. Disponível em http://www.vagalume.com.br/racionaism cs/negro-drama.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

RODRIGUES, Walter Hugo de Souza. **Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano:** Um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 1 3 , n. 41 , p. 267 284, jun. 2020. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/c gt>. Acesso em: 13 out. 2022